AJES- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LITERATURA E ENSINO: APLICABILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO CONTEXTO ESCOLAR

Autora: Fabiana Macedo de Alcântara
Orientador: Profº Me. Severino Erasmo de Lima

JUÍNA/2016

AJES- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA
CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

LITERATURA E ENSINO: APLICABILIDADE DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA NO CONTEXTO ESCOLAR

Autora: Fabiana Macedo Alcantara
Orientador: Profº Me. Severino Erasmo de Lima

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Pedagogia, da AJES - Instituto Superior de Educação do Vale do Juruena como exigência parcial para obtenção do título de licenciada em Pedagogia.

JUÍNA/2016

AJES- INSTITUTO SUPERIOR DE EDUCAÇÃO DO VALE DO JURUENA

CURSO: LICENCIATURA EM PEDAGOGIA

BANCA EXAMINADORA

_____

Profª. Dr. Marileide Antunes de Oliveira

_____

Prof. Me. Fabio Bernardo da Silva

_____

ORIENTADOR

Me. Severino Erasmo de Lima

AGRADECIMENTOS

Com o início do curso de Licenciatura em Pedagogia pela AJES - Instituto Superior do Vale do Juruena no ano de 2013 deu-se início a minha busca por novos conhecimentos, crescimento pessoal e profissional. Sei que a graduação é o primeiro passo de muitos, que pretendo percorrer em busca do conhecimento, mas certamente, essa primeira etapa me incentivou a buscar cada vez mais as próximas etapas. Durante três anos e meio contei com o apoio de muitas pessoas queridas que foram muito especiais para a minha formação e realização desse projeto de vida.

Agradeço, primeiramente, a Deus pelo que conquistei até o momento, mas peço a ele sabedoria para alcançar objetivos ainda maiores. Agradeço, sobretudo, o Professor Mestre Severino Erasmo de Lima – meu atencioso orientador pela generosidade, conhecimento, paciência e sabedoria dedicadas a mim durante esse momento tão especial.

Agradeço principalmente, a todos os que participaram dia-a-dia para a realização desta pesquisa, agradeço especialmente à minha mãe Luzineide Macedo de Alcantara, ao meu pai Otavio Paulo de Alcantara, meus filhos André e Wadrian, que desde já agradeço por compreender todas as noites a minha ausência, meus sobrinhos Cauan, Joao Vitor, Maxciel e Renan a meus irmãos Rubens, Renata, Luciana e Eber, e todos os meus amigos que estiveram comigo nesta caminhada.

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a minha família, e principalmente meus queridos, pais que estiveram sempre ao meu lado, me apoiando e incentivando a todo o instante, aos amigos que por diversas vezes tive que me ausentar para que este trabalho acontecesse e o sonho fosse realizado, quero agradecer pelo apoio e compreensão durante todos esses anos de faculdade. Dedico também este trabalho a uma pessoa em especial, que chegou a minha vida há pouco tempo, transformando-me a cada dia com seu amor e seu carinho, hoje você é o meu namorado, mais num futuro tão próximo se tornara meu futuro marido. Portanto faço das palavras do ator Charles Chaplin para te agradecer A, J, C por ser tão paciente e afetivo comigo “Cada pessoa que passa em nossa vida, passa sozinha é porque cada pessoa é única e nenhuma substitui a outra. Cada pessoa que passa em nossa vida passa sozinha e não nos deixa só, porque deixa um pouco de si e leva um pouco de nós. Essa é a mais bela responsabilidade da vida e a prova de que as pessoas não se encontram por acaso”.

EPÍGRAFE

A desconstrução da ideologia que desumaniza e desqualifica pode contribuir para o processo de reconstrução da identidade étnico/ racial e autoestima dos afrodescendentes, passo fundamental para a aquisição dos direitos de cidadania.
(Ana Célia da Silva)

Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, ou por sua origem, ou por sua religião. Para odiar as pessoas precisam aprender; e, se elas podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar, pois o amor chega mais naturalmente ao coração humano do que seu oposto**.**
(MANDELA, 1991).

LISTA DE IMAGENS

Figura 1: Rotas do tráfico negreiro.....12
Figura 2: Execução do Castigo de Açoite, em pintura de Jean Baptiste Debret (Séc. XIX).....27
Figura 3: Feitores Corrigindo Negros (Debret).....28

RESUMO

A Lei 10.639/03, a qual foi alterada para a Lei nº 11.645, onde obriga as escolas do ensino médio e fundamental a ensinar a História da Cultura Afro-brasileira e Africana, pensa bem mais que a inclusão de novos conteúdos, mas também nos induz e nos norteia a pensar as relações étnicas raciais e sociais. Por apresentar pouca memória a respeito da cultura Afro-brasileira e Africana, a lei entrou em vigor para que essa temática fosse debatida com mais frequência em sala de aula, começando a ser exposta desde os anos iniciais. O objetivo geral da pesquisa é entender o motivo da inserção da Lei no âmbito escolar, e averiguar se as relevâncias dessas para com o crescimento dos alunos. Essa pesquisa é qualitativa e para que esse trabalho fosse desenvolvido, usou-se cunho documental, onde foram analisados vários artigos, livros, trabalho de conclusão de curso, Lei, entre outras páginas web. Dentro dessa pesquisa também foi realizada uma análise das imagens dos livros didáticos em relação à história dos negros no Brasil fazendo uma crítica de como é exposto o conteúdo sobre essa temática nas salas de aulas. Com isso hoje temos uma Lei que obriga a valorização dos negros nas escolas, cabe a cada profissional utilizar desse bem para assim repassar aos alunos, onde consequentemente o preconceito entre os alunos nas escolas e até mesmo em sociedade será amenizada.

Palavras - Chave: História da Cultura Afro-brasileira e Africana; Educação étnica-racial; Preconceito nas escolas.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO 9
2 REFERENCIAL TEÓRICO 11
3 BRASIL E ÁFRICA: A CHEGADA DOS NEGROS NO BRASIL 12
3.1 O FIM DO PERÍODO ESCRAVOCRATA 15
3.2 A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE INFERIORIDADE 16
3.3 MOVIMENTO NEGRO NA CONTEMPORANEIDADE 18
4 A LEI 10.639/03 E 11.645/08 NO ÂMBITO ESCOLAR 21
4.1 A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRICANA NO ÂMBITO ESCOLAR: IDENTIDADE A ZELAR 23
5 OLHARES SOBRE OLHARES: IMAGENS DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DE HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES DO SER NEGRO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES 27
6 METODOLOGIA 33
7 CONCLUSÃO 34
REFERENCIAS 36
ANEXOS 40

1 INTRODUÇÃO

A pesquisa aqui exposta traz ao leitor uma melhor compreensão sobre uma temática pouco debatida, a inserção da cultura afro-brasileira e africana nas salas de aulas. É comum ver o preconceito entre as pessoas e por isso a necessidade de inserir essa disciplina na base da educação, assim os alunos terão mais respeito com o próximo e consequentemente, com uma boa educação que pouco a pouco terá uma diminuição em relação ao preconceito racial. Uma educação firmada é um mundo melhor posteriormente.

O objetivo geral desse trabalho é compreender como está sendo inserida essa questão em salas de aula, tendo como finalidade específica, entender como essa questão vem sendo discutida nos livros didáticos, a importância desse conteúdo em sala de aula nos dias de hoje, será que é possível diminuir o preconceito através da implantação dessa disciplina? E a concepção dos autores em relação a melhorias ou não ao inserir esse conteúdo em sala de aula, tendo então uma problemática a ser resolvida no percorrer do trabalho.

O referencial teórico tem a base de autores que entendem sobre o assunto a qual respaldará toda a pesquisa. Através de autores de renome sobre a cultura afro-brasileira e africana, é possível que o leitor além de ter uma maior segurança e confiança no que lhe é apresentado, ainda dará uma veracidade nos fatos aqui abordados.

Dentro do referencial teórico é possível trazer a sucessão da história dos negros no Brasil, seus movimentos em prol de respeito e dignidade, a lei nº 11.645, onde obriga as escolas do ensino Médio e Fundamental a ensinar a História da Cultura Afro-brasileira e Africana aos alunos, dando então uma valorização da cultura nas escolas, e uma crítica aos livros didáticos que levam essas questões para sala de aula em forma de imagens distorcidas.

A metodologia usada para o desenvolvimento dessa pesquisa é de caráter qualitativo, pois no decorrer dos resultados trará uma análise de imagens, figuras essas a qual estão representados nos livros didáticos de história, onde traremos uma crítica, pois o conteúdo transmitido na imagem carrega o preconceito nas entrelinhas e que muitas das vezes é passado despercebido pelos professores. Foi utilizado referências de autores que já conhecem bem o tema, sendo através de

livros, trabalhos de conclusão de cursos, documentários, revistas e pesquisas web, buscando assim um melhor embasamento teórico para um melhor aproveitamento do tema proposto.

Contudo é importante enfatizar que as desigualdades existentes nos dias de hoje por motivos étnicos não são por questões biológicas e sim por bases historicamente construídas, é assim que vemos que instituição de ensino como um meio de difundir uma mensagem diferente do que os alunos tem pronta em sua cabeça, mostrar que não diferencia em uma pessoa de cor mais escura que a outra, a escola irá difundir a valor entre os seus educandos e com isso promover um equilíbrio de respeito uns com os outros.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A participação dos negros no Brasil começou a partir do momento em que os portugueses se viram na necessidade de obterem pessoas com mãos de obras escrava, para assim desempenhar a produção de cana-de-açúcar, já que o número de trabalhadores era pequeno. Além de serem escravizados ainda tinham que conviver com a selvageria e os abusos de seus senhores.

Mas em 1850 houve a promulgação da lei de Eusébio de Queirós, onde se deu o fim do tráfico negreiro, ou seja, o deslocamento dos negros pelos navios vindo da África para o Brasil, a partir da publicação da Lei houve uma redução do número de escravos no Brasil. O contexto do homem negro desde sua chegada ao Brasil até sua liberdade transcorre em fatos que marcaram a história brasileira.

Entre muitos movimentos os negros foram conquistando pouco a pouco seu espaço dentro da sociedade brasileira, porém isso não significa que essas pessoas estejam sendo tratadas, como deveriam ainda ser, nos dias de hoje o que mais se vê são preconceitos que muitas pessoas passam isso não ocorre só com as pessoas de baixas classes econômicas, mais como também em pessoas renomadas da alta sociedade, como nos casos de alguns atores, jogadores e empresários.

Ao elencarmos o tema podemos perceber que essa ideologia esta longe de acabar, pois, ainda existem pessoas com o preconceito enraizado, e se não houver uma politica educativa voltada para ser trabalhada dentro e fora da sala de aula, dificilmente essa história reverterá. Para termos um futuro mais humano, devemos inicialmente recorrer às escolas, pois é da educação que pode reverter essa situação absurda, as crianças tem que crescer sabendo que não existe diferença entre cor de pele, que todos nós fazemos parte da raça humana e que o Brasil é um país de miscigenação. Para nos auxiliar nessa visão, foi estabelecida a Lei 10.639/03 que cuida de responder e amenizar a discriminação que os negros passam.

3 BRASIL E ÁFRICA: A CHEGADA DOS NEGROS NO BRASIL

Para compreender o desenvolver da história durante a chegada dos negros no Brasil é necessário buscar subsídios históricos, e um dos antecedentes importantes da história brasileira são as Grandes Navegações, onde Portugal e Espanha foram os protagonistas. Os Europeus lançaram-se na conquista do oceano Atlântico, buscando uma rota alternativa que os levassem até as preciosas especiarias que estavam na Índia, (Figura 1), mas os ventos os levaram mais para o oeste do que o previsto e assim chegaram às terras do Brasil. (BRASIL: Uma 2012).

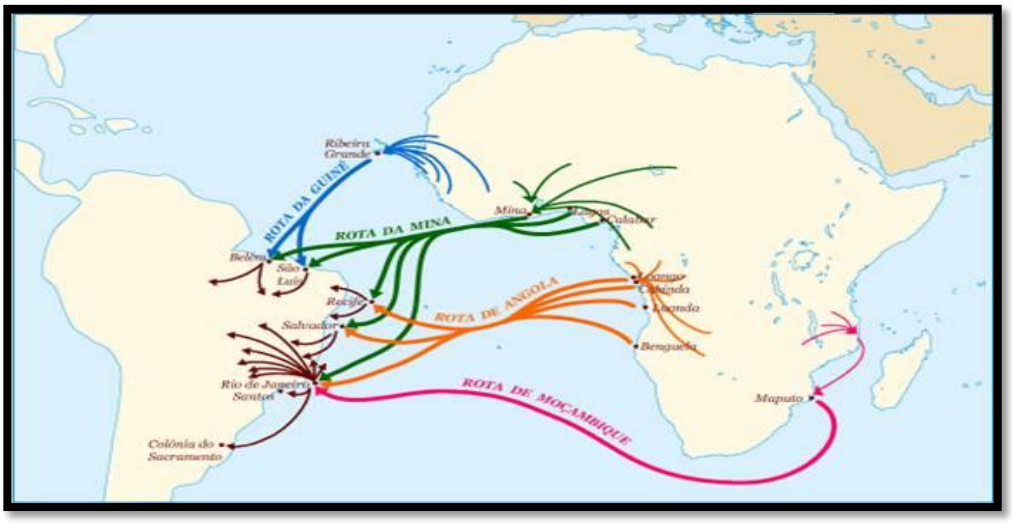

Figura 1: Rotas do tráfico negreiro
Fonte: sohistoria.com.br

Ao se depararem com uma enorme extensão de terras, os europeus viram que precisariam de muita mão-de-obra para plantação, extração de madeira e minerais, mas, no entanto o número de habitantes na época era insuficiente para trabalhar naquelas terras, foi então que iniciou o período escravagista.

Nesse período os índios foram os primeiros a serem marcados como escravos, mas com as doenças trazidas da Europa e as violências que eles sofriam, os números de indígenas foram diminuindo cada vez mais. Com isso os portugueses necessitavam de mão de obra alternativa, observa que na Europa já existiam africanos trabalhando em suas lavouras como escravos, e por conhecer sua força de trabalho e suas habilidades na agricultura, criação de máquinas etc. Por estes motivos voltaram à África e trouxeram mais escravos para servir de mão-de-obra no Brasil, mais dessa vez, escravos africanos.

> A História do Brasil, após 1500, é uma consequência das histórias indígenas, Africanas e Europeias. As tecnologias, costumes, culturas, propostas políticas trazidas pelos Africanos ficam difíceis de serem reconhecidas e integradas devidamente na história nacional pelo desconhecimento da base Africana. Muitas das realizações do povo africano no Brasil, ficam sub-dimensionadas ou não reconhecidas, dado o tamanho da ignorância reinante no país sobre as nossas origens africanas. (CUNHA, 2007,p.13)

De acordo com o autor, ouve um número muito alto de crianças, mulheres e homens que foram transportados da África para o Brasil. Não se tem a quantidade exata de pessoas, mas estima-se em torno de mais de 11 milhões de homens foram trazidos para travessia do Oceano Atlântico. Muitos dos que saíram dessas embarcações, não conseguiram chegar à América, pois as condições em que transportavam essas pessoas eram as piores possíveis ocasionando a morte de inúmeras pessoas durante o trajeto.

Segundo Albuquerque (2006) com tantos escravos despachados nas terras do Brasil, pode-se considerar que o Brasil e a África possuem laços muito fortes. Os negros sofreram diversas vezes, no momento em que foram retirados do seu país, durante a travessia Atlântica e em solo brasileiro esse sofrimento parecia não ter fim, passou por inúmeras agressões, tanto física quanto psicológicas, tanta crueldade para suprir as necessidades das potentes colônias europeias, tendo como prioridade povoar e explorar as riquezas tropicais e minerais do Brasil.

Mais qual era o real interesse em escravizar esses negros? A resposta seria a mão-de-obra barata e lucrativa (Furtado, 2004) a qual os negros trabalharam em diferentes espaços: nos engenhos, no interior das casas grandes, nas regiões de mineração e nos espaços urbanos das cidades. Eles desempenhavam diversas atividades, tais como: a plantação da cana-de-açúcar ou alguma atividade ligada ao processamento do açúcar, a mineração de ouro e diamantes, o plantio do café entre outras entre outras lavouras.

Nesta época o açúcar era o que tinha de mais importante na Europa, obtinha vários benefícios, servia para temperos, adoçantes e até remédio. O açúcar tinha um valor bastante expressivo, pois naquela época não havia refrigeração, então um produto que poderia disfarçar o azedo dos outros alimentos tornando indispensável para os europeus.

Souza (2016) afirma que além de restringir a economia, a exploração do açúcar impediu a formação de outras classes sociais intermediárias que não se vinculassem à produção agrícola e ao senhor de engenho. Na base desta pirâmide social estariam, os escravos africanos trazidos das possessões coloniais portuguesas na África. Além de oferecerem mão de obra a um baixíssimo custo, o tráfico de escravos africanos constituía outra rentável atividade mercantil à Coroa Portuguesa.

Além de permanecerem longe de seus familiares, sua terra natal, os escravos também sofriam todos os tipos de maus tratos, baixa alimentação e muito trabalho, ocasionando mortes, fugas e até mesmo baixa reprodução como diz:(Albuquerque, 2006, p.39)

> Submetida a péssimas condições de vida e maus-tratos, a população escrava não se reproduzia na mesma proporção da população livre. Era alto o índice de mortalidade infantil e baixíssima a expectativa de vida. Além dos que morriam, o tráfico repunha os que saíam do sistema através da alforria ou da fuga para os quilombos. Assim, havia demanda constante de escravos africanos, algo que se intensificava nos períodos de crescimento econômico.(Albuquerque,2006, p.39)

Os holandeses eram responsáveis por transportar, refinar e comercializar o açúcar. Novais (2015) afirma que foi a união Ibérica (1580 a 1640), que estabeleceu o domínio da Espanha sobre Portugal e suas colônias, com isso os holandeses foram expulsos do Nordeste e então passaram a produzir açúcar em suas próprias colônias, dando assim um início a uma crise do açúcar.

Novais (2015) ainda acrescenta que os holandeses conheciam o processo de fabricação de açúcar e tinham o controle sobre a distribuição e comercialização deste produto. Rapidamente, conseguiram conquistar os grandes mercados consumidores, deixando o açúcar produzido no Brasil em segundo plano no mercado internacional. A concorrência holandesa foi, portanto, uma das principais causas da crise do açúcar brasileiro no período colonial, pois eles conseguiram produzir açúcar mais barato e de melhor qualidade do que o brasileiro.

3.1 O FIM DO PERÍODO ESCRAVOCRATA

O mundo e seus acontecimentos são dinâmicos, e com o tempo mais precisamente com a 1ª Revolução Industrial, o mesmo povo que lucrava com o mercado negreiro, passa a repudiar tal ato. A Inglaterra foi o início da contrariedade à comercialização de negros, uma vez que necessitava ampliar seu mercado consumidor, e estes não possuíam salário para tal, além disso, as indústrias não poderiam ser mantidas por escravos sem qualificação.

O país chegou a propor acordos com o governo brasileiro para fim da escravidão e auxílio em seu processo de independência. Apesar dos acordos, o processo de abolição só vai acontecer séculos depois, e com auxílio dos próprios negros que passam a manifestar-se contra a forma de trabalho escravo e o castigo físico pode – se notar em:

> A abolição da escravatura no Brasil não livrou os ex-escravos e/ ou afro-brasileiros (que já eram livres antes mesmo da abolição em 13 de maio de1888) da discriminação racial e das conseqüências nefastas desta, como a exclusão social e a miséria. A discriminação racial que estava subsumida na escravidão emerge, após a abolição, transpondo-se ao primeiro plano de opressão contra os negros. Mais do que isso, ela passou a ser um dos determinantes do destino social, econômico, político e cultural dos afro-brasileiros (SANTOS, 2005, p.21).

É iminente que o Brasil tem uma grande dívida social e histórica com a população africana e afro-brasileira, uma vez que por mais de 500 anos de história deste país e com quase 200 anos do fim da escravidão omitimos direitos e acesso a educação e a outras oportunidades de ascensão desta população com histórico de sofrimento, advindos de um período de mais de 300 anos de opressão e escravidão.

> Apesar do fim da escravidão, a abolição não foi acompanhada por nenhuma ação no sentido de integrar o negro à sociedade brasileira. A discriminação racial e a exclusão econômica persistiram ao longo do século XX. Apesar de várias ações governamentais que atualmente querem atenuar o peso dessa “dívida histórica”, ainda falta muito para que o negro supere os resquícios de uma cultura ainda aberta ao signo da exclusão.(SOUSA,2016,p 15).

No processo pós-abolição, os “ex-escravos” e afro-brasileiros não ficaram livres da discriminação racial e suas consequências como: a exclusão social,

econômica, política e cultural, contudo não aceitaram essa situação passivamente ocorrendo assim, manifestações de resistência e luta que se mostraram de várias maneiras, essas reações que fizeram parte da história do afro-brasileiro são momentos importantes da história do Brasil. Nesta perspectiva podem-se retratar várias revolta dos afro-brasileiros, pois umas das que tiveram grandes proporções no início século XX foi a revolta da chibata.

De acordo com Munanga (2004) a revolta se inicia na área urbana de Minas Gerais, e após pouco a pouco as outras embarcação aderiram. A revolta deu-se por marinheiros de baixa patente, contra o sistema apreensivo e violento na marinha do Brasil, no qual os princípios e objetivo eram de acabar com os castigos físicos, as quais os marinheiros eram constantemente submetidos, melhores as condições de alimentação e a valorização no ambiente de trabalho, devemos salientar que muitos marinheiros eram mulatos ou negros libertos. Neves (2006), elenca que as constantes reivindicações dos movimentos negros, eram justamente em busca da inclusão da população negra na sociedade brasileira, e do papel do negro na história do Brasil.

3.2 A CONSTRUÇÃO DA IDEIA DE INFERIORIDADE

Na sociedade em que vivemos, pode-se perceber que as questões atribuídas aos casos de desigualdades raciais, tornam obrigatória em todas as escolas à inserção da lei 10.639/03, no qual à cultura afro-brasileira e africana ainda têm muito a ser discutidas. Enquanto atitudes racistas ainda se mostram comuns, há a necessidade de abordar a temática em nosso cotidiano escolar. O ensino da cultura trazida ao Brasil pelos africanos continua sendo mal trabalhada nas escolas por se tratar de um tema transversal.

Com a necessidade de inserir o estudo da diversidade cultural no currículo escolar a partir da series iniciais, buscar-se-á no percurso da pesquisa sistematizar fundamentos para uma educação multicultural no ensino. Estes conceitos são contextualizados a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana fazendo com que estes alunos possam conviver em sociedade, a fim de se conscientizar sobre sua verdadeira origem.

Um espaço multicultural empenha-se em adequar às pessoas que nele coexistem, a renovação de mentalidade, o sucesso sobre o preconceito, batalhando contra os atos discriminatórios, e isto exige uma nova ética respaldada no respeito às diferenças.

Eis ai o papel de uma instituição escolar, onde a escola vai abordar as relações étnicas, dialogando com os alunos. Os professores apresentam para os seus alunos conhecimentos culturais, e estes, por sua vez, também expõem os seus para o professor e colegas, criando assim uma influência, ou seja, um passará informações aos outros, o que criará uma corrente de informações relevantes. Esse diálogo é importante para o crescimento dos alunos em relação a esse assunto.

> [...], o diálogo é uma exigência existencial. E, se ele é o encontro em que se solidarizam o refletir e o agir de seus sujeitos endereçados ao mundo a ser transformado e humanizado, não pode reduzir-se a um ato de depositar idéias de um sujeito no outro, nem tampouco tornar-se simples troca de idéias a serem consumidas pelos permutantes. (FREIRE,1998, p.79).

De acordo com Freire isso deve ser feito de maneira que um respeite a cultura do outro, e a escola deve atuar como mediadora, para que seus membros transmitam à sua comunidade, o respeito à diversidade, o que nos dias atuais precisa ser muito discutido e acrescentado na mentalidade dos alunos, pois eles têm uma ideia restrita a esse assunto devido a sua convivência. Portanto tornou-se obrigatório em todas as escolas o ensino da História, Cultura Afro-brasileira e Africana, com a promulgação da lei 10.639/03, o qual à cultura afro-brasileira e africana ainda têm muito a ser discutidas.

Enquanto atitudes racistas ainda se mostram comuns, há a necessidade de abordar a temática em nosso cotidiano escolar. O ensino da cultura trazida ao Brasil, pelos africanos, continua sendo mal trabalhado nas escolas por se tratar de um tema transversal, ou seja, importante para as disciplinas em geral.

Trata-se então de um assunto de relevância social, em que através do tempo traz uma grande marca para o Brasil, envolvendo grande parte de sua história, a escravização do povo Africano e as reivindicações dos movimentos sociais por igualdade racial.

> No final dos anos 70, surge, em todo o Brasil, uma série de movimentos sociais, com as mais diversas configurações, demandas e reivindicações. Organizados em torno da luta comum pela democracia, esses movimentos impõem-se como novos atores e forças sociais. (TRAPP; SILVA, 2010, p. 91)

Para compreender melhor os movimentos é necessária que entenda como se deu a integração dos negros no Brasil, a participação dos negros no Brasil começou a partir do momento em que os portugueses se viram na necessidade de obterem pessoas com mãos de obras escrava, para assim cumprir com a produção de cana-de-açúcar, já que o número de trabalhadores era pequeno. Além de serem escravizados ainda tinham que conviverem com a violência e os abusos.

3.3 MOVIMENTO NEGRO NA CONTEMPORANEIDADE

Na sociedade em que vivemos, pode-se perceber que as questões atribuídas na formação do povo brasileiro são muito relevantes, principalmente quando se toca na diáspora Africana, portanto e de suma importância que todo o território nacional reconheça a trajetória dos africanos e afro-brasileiros na formação cultural, social e econômica do Brasil.

No Brasil, a partir dos anos de 1970, ganha destaque, o movimento Negro Brasileira, que elegeu como um dos principais compromissos a luta por igualdade e por uma educação de qualidade, buscando em suas reinvindicações combater as práticas de discriminação racial sofrida pelas populações negras, dentro do ambiente escolar. Os movimentos sociais ganham cada vez mais visibilidade no campo social brasileiro, com propostas que venham a ser debatidas sobre os negros na nossa sociedade brasileira. Para (Oliveira, 2006) nesse período, entraram em cena importantes movimentos de resistência da comunidade negra rumo à superação dos estigmas historicamente impostos a essa população. Acerca dessa inerência, (Henrique Cunha Jr. p, 52, 2007) afirma que:

> a partir dos anos 70, os movimentos negros se rearticulam na sociedade brasileira, agregando novos interesses nas suas formas de atuação. Estes movimentos passam a valorizar significativamente as Questões educacionais dos afrodescendentes (Silva, 98) (Cunha Jr.92)34 e criam um ambiente favorável à discussão da cultura nacional e das origens do povo brasileiro. Começa a ser inserida nas agendas programáticas destes

> movimentos a questão do ensino da Historia Africana e da denominada História do Negro Brasileiro. Simultaneamente com a ampliação dos movimentos negros ocorre o crescimento dos movimentos sociais. Os crescimentos destes movimentos contribuíram para alterar o regime político vigente e se Articulam na luta pela democratização da sociedade e da educação. (CUNHA, 2007 p, 52).

De acordo com o que esta sendo posto por Cunha, necessário conhecer e entender a luta do negro no Brasil em busca de educação, e a importância desta para os afro-brasileiros, tendo em vista que esta é considerada pelos movimentos sociais um dos mais importantes mecanismos a serem acionados para reduzir as desigualdades sociais e raciais.

É importante salientarmos que a inclusão da História Africana nos sistemas educacionais, foi implementada a partir dos movimentos negros, durante a década de 1970, tornando-se sua principal reivindicação. Em 1995 essa ação culminou em uma grande mobilização que buscava o reconhecimento nos currículos escolares sobre a África e seus descendentes, esta culminância reuniu mais de 30 mil pessoas em Brasília, com o propósito de entregar para o então Presidente Fernando Henrique Cardoso. Estes documentos apresentavam alternativas para combater a desigualdade, esse evento ficou conhecido como a Marcha Zumbi dos Palmares.

Em 2001, houve uma importante conferência da ONU, em Durban na África do Sul, que discutiu o racismo e xenofobia, no qual o Estado Nacional e o movimento negro se fez presente, é importante salientar que essa conferência já aconteceu outras duas vezes, mais só em 2001 o Brasil se fez presente. Este evento teve um grande avanço para os movimentos negro no Brasil, pois a participação de varias lideranças brasileira fez com que, o Brasil assumisse que a desigualdade e o racismo ainda existam na sociedade brasileira.

> Sem dúvida, a processo de Durban possibilita a internacionalização do Movimento Negro brasileiro, ao colocar na agenda internacional a temática do racismo. O processo de Durban ampliou de modo significativo os contatos com o movimento negro latino-americano. Além disso, ao exigir o comprometimento do governo brasileiro com o combate ao racismo, Durban se transformou num marco referencial fundamental que tornou possível quebrar o iceberg da diferença da sociedade e dos governos brasileiros quanto às consequências nefastas do racismo, inaugurando-se o início da implementação de políticas públicas para a promoção da igualdade racial. (ROLAND,2006, p. 161).

A partir das discussões sobre o racismo em Durban, o Brasil e todos os países participantes assinam a declaração de Darban, no qual os países se comprometem a desenvolver projetos ou leis, politicas que superem toda a forma de racismo, desigualdade, discriminação e xenofobia. No Brasil uma das medidas para a superação do racismo foi às ações afirmativas no qual foram adotadas de vários modos.

4 A LEI 10.639/03 E 11.645/08 NO ÂMBITO ESCOLAR

O ambiente escolar é um local propício para se ter uma visão mais avançada em relação ao mundo, isso também inclui nossa cultura, costumes e até mesmo nossos direitos. Deve ser observada a sustentação de preconceitos existente em nossos dia-a-dia, e que muitas das vezes, são ignorados.

A ausência de conhecimento, memória e referência dentro e fora das instituições de ensino está cada vez maior, onde a população sempre identifica à imagem de um homem negro a marginalidade, uma pessoa com força maior, sendo esta a causa da sua escravidão, já as mulheres negras são vistas como excelentes nos serviços domésticos e assim também longe do protótipo de beleza, já que padrão de estética perfeito é a mulher loira, alta, magra, cabelos longos e lisos de olhos azuis.

A Cultura Afro-Brasileira tem várias formas para ser discutidas, mas uma das melhores formas para se debater tal assunto é dentro da sala de aula, destacando o primordial, que é o ensino, desde as bases iniciais, assim combatendo o racismo, preconceito e a violência na História Afro-brasileira.

> A Lei Federal n. 10.639/2003 é, em si, um instrumento legal que define a obrigatoriedade do cumprimento daquilo que há muito tempo vinha sendo solicitado por militantes do movimento negro, educadores e ativistas da luta antirracista no Brasil: determina a construção de uma educação antirracista, por meio do combate a práticas discriminatórias contra negros e seus descendentes no meio escolar e de forma mais ampla, no contexto educacional brasileiro. (PAULA, pág. 58, 2009).

Em 2003 entrou em vigor a Lei Federal 10.639/03, a qual inclui no sistema escolar conteúdos relacionados à temática História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, onde se modificou os artigos 26-A e 79-B, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) nº 9.394/96 definindo a obrigatoriedade de estudos pertinentes ao tema acima, vigorando com as seguintes alterações:

> Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura AfroBrasileira.
>
> § 1° O conteúdo programático a que se refere o caput deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional,

> resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinente à História do Brasil.
>
> § 2° Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras. Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra' (BRASIL, 2003. n.p.).

No ano de 2008 houve se a reformulação da lei 10.639/03 agregando a cultura indígena como também disciplina transversal nas escolas. Passando a ser uma lei abrangente que envolve assim os primeiros autores da história de construção deste país. Lei 11.645 de 10 de março de 2008, também instituída e sancionada pelo Presidente Luís Inácio Lula da Silva.

> Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena"

A Cultura Africana e Indígena e a presença dos mesmos influenciaram bastante para a formação da sociedade Brasileira. Souza e Loyola (2007, p.61) afirmam que "aprender a história e a cultura brasileira é se apropriar também da cultura de vários povos que ajudaram na construção deste país com a junção de memória e bagagens trazidas de diversas partes do mundo". Já Lopes (2003, apud FELIP e TERUYA 2007, p.504) "a Lei 10.639/03 do CNE[1] vem reconhecer a existência do afro-brasileiro e seus ancestrais, sua trajetória na vida brasileira e na condição de sujeitos que contribuíram para a construção da (nossa) sociedade".

Segundo Galhardo (2004, apud Souza, Ferras E Chaves, 2007, p.437) consiste que a:

> [...] transmissão cultural exige do homem novas capacidades de memorização e representação. [...] A escola possui a tarefa de transmitir a memória cultural e os valores produzidos historicamente pelo ser humano no contato com a natureza e nas relações sociais.

Entretanto, o conhecimento sobre os costumes dos povos africanos vindo para o Brasil no sistema escolar busca "revalorizar a história e culturas africanas e

[1]Conselho Nacional de Educação.

afro-brasileiras como forma de construção de uma identidade positiva” (NUNES PEREIRA, 2008, p.254) do estudante negro, elevando sua autoestima.

Logo, incluir no currículo escolar o estudo da História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena é de contribuir para uma educação multicultural, dotando o brasileiro, desde o Ensino Fundamental, os conhecimentos e a valorização de suas raízes.

4.1 A VALORIZAÇÃO DA CULTURA AFRICANA NO ÂMBITO ESCOLAR: IDENTIDADE A ZELAR

Com a necessidade de inserir o estudo de diferentes culturas no currículo escolar, buscou-se no percurso da história do Brasil, sistematizar fundamento para uma educação crítica no ensino e na aprendizagem. Estes conceitos são contextualizados a partir das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana no âmbito escolar.

> É preciso também deixar claro que a sociedade a cujo espaço por motivos econômicos, sociais, históricos, chegaram outros grupos étnicos e aí se inseriram em relação subordinada, tem sua classe dominante, sua cultura de classe, sua linguagem, sua sintaxe, sua semântica de classe, seus gostos, seus sonhos, seus fins, seus projetos, valores, programas históricos. Sonhos, projetos, valores, linguagem que a classe dominante não apenas defende como seus e, sendo seus, diz serem nacionais, como exemplares, mas também por isso mesmo, "oferece” aos demais através de caminhos, entre eles, a escola e não aceita recusa. (FREIRE 1992, p. 156-157)

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Afro-brasileiro e Africana são meios institucionais de propor uma reparação, com o intuito de sanar esta situação de ausência da historicidade da cultura negra, pois sua historia encontram-se no meio social e cultural em uma dimensão do senso comum: em particularidade mística, dotada de estereótipos preconceituosos, piadas depreciativas e explicações sem nenhuma base científica as quais geram nos indivíduos um sentimento de impotência, inferioridade, subserviência.

Munanga (1986) menciona que as primeiras referências das imagens do negro, foram criadas pelas imaginações fantasiosas de historiadores gregos por volta do século XV, vale ressaltar que nesse período a busca de novos territórios, por via marítima, fizeram com que os estereográficos mistificassem a imagem dos povos da África, com base nesses relatos discrições, os historiadores afirmavam, a existência de seres em evolução, bárbaros sendo metade humana e metade animal, ou seja, são afirmações pejorativas, colocando os africanos como seres inferiores, pelo mesmo viés no século XVIII justificava a superioridade da raça branca e a inferioridade da negra.

Portanto percebe-se que a escola como uma instituição que reproduz as estruturas da sociedade também reproduz o racismo, como ideologia e como prática de relações sociais que inviabiliza e imobiliza as pessoas. A implantação dessa lei surge, a *priori*, como uma obrigação aos docentes das escolas que necessitam buscar informações e em um segundo plano objetiva-se a conscientização e reparação, fazendo com que a sociedade conheça a sua verdadeira origem (BRASIL, 2004).

No período escravocrata somente as crianças do senhor de engenho é que podiam frequentar a escola regular, ou seja, que conseguiam ter acesso à educação, logo não se sabe ao certo quando os negros começaram a ter acesso às instituições educativas. Informações do *site* Políticas de apontam que “os negros são vistos como inferiores e sofrem processo de exclusão e violência devido a sua cor, no entanto verifica-se que as populações afro atualmente possuem preconceitos entre si”.

Segundo (GONÇALVES, 2007) e (RAMOS, 2011) pontua sua explanação com inúmeras referências a ideia de preconceito e racismo contra os negros no final do século XIX e foi difundida pelo Darwinismo social, quando pesquisadores europeus buscavam teorias científicas em que colocassem os negros como ser irracional para às atividades intelectuais e o convívio na sociedade e sim propício ao uso da força física. Muitos filósofos e pensadores da época contextualizavam desse pensamento, em que a teoria de Darwinismo concluiu que na "eterna luta" pela sobrevivência, sempre existiram variações entre as espécies que proporcionam maior facilidade de sobrevivência em comparação às outras. Estes fatores auxiliam que propagassem os pensamentos racistas incorporados na sociedade brasileira,

eliminando os mais fracos, que nesse sentido a reafirmação do sentimento de superioridade do povo europeu com os negros. (RAMOS, 2011).

> Entretanto, durante esta época de darwinismo social e racismo científico, essas explicações tendiam a se difundir sutilmente-e às vezes não sutilmente - em afirmações sobre a incapacidade dos negros, tendo como base a herança racial. Por isso, aqueles afro-brasileiros que questionavam noção de democracia racial corriam o risco de serem confrontados com uma análise que, na melhor das hipóteses, seria dolorosa e embaraçosa e se ouvir e, na pior, iria se refletir diretamente sobre eles como indivíduos e como membros do grupo social negro (ANDREWS, 1998, p. 212).

Não bastando, a ciência como a detentora do saber, em sua justificativa sobre a escravização dos negros, havia em outra vertente relacionada à religião predominante na época "católica" um simbolismo ainda mais incisivos em sua liturgia, em que explicava a subordinação dos negros, por uma passagem bíblica sobre a morte de Abel morto pelo seu próprio irmão Caim, em que Deus amaldiçoa Caim enegrecendo sua face, ou seja, a partir desse dogma da igreja, tudo o que era preto lembrava a morte, coisa ruim, maldição.

> Nesta ordem de idéias, a Igreja Católica fez do preto a representação do pecado e da maldição divina. Por isso nas colônias ocidentais da África, mostrou-se Deus sempre como um branco velho de barba e o Diabo um moleque preto com chifrinhos e rabinho (MUNANGA, 1986, p. 15).

Nas últimas décadas a desvalorização da cultura negra ainda perpetuava-se na educação pública, principalmente no diz respeito a Projetos Políticos Pedagógicos das escolas, ligados a cultura afro, que demonstram com seriedade a importância da mesma para a construção da sociedade brasileira. Existia a falta de algo concreto, não apenas trabalhar o registro folclórico ou de datas comemorativas, mas algo que se idealiza uma revolução de mentalidades que passassem a respeitar as diferenças (SILVA, 1995).

Para Bittencourt (2008) o livro didático é uma importante ferramenta para sistematizar valores, de ideologia, de cultura, de histórico social e político que contribuirá para o pensamento critico reflexivo e criativo. Por outro lado, ressalta a ideia de que os livros didáticos podem transmitir conhecimento, atribuir estereótipos e valores de um grupo inferiorizado, generalizando os temas, como família, étnica, crença, costumes, de acordo com o preconceito da sociedade, pois "o papel do livro

didático na vida escolar pode servir de instrumento de reprodução ideologia e do saber oficial imposto por determinados setores do poder do Estado”. (BITTENCOURT, 2008).

> No que tange ao livro didático, denunciaram-se a sedimentação de papéis sociais subalternos e a reificação de estereótipos racistas, protagonizados pelas personagens negras. Apontou-se a medida em que essas práticas afetavam crianças e adolescentes negros/as e brancos/as em sua formação, destruindo a auto-estima do primeiro grupo e cristalizando, no segundo, imagens negativas e inferiorizadas da pessoa negra, empobrecendo em ambos o relacionamento humano e limitando as possibilidades exploratórias da diversidade étnico-racial e cultural (SILVA: 2002, p. 65, 66).

Portanto, vale ressaltar que as imagens dos negros são vinculadas aos livros de história, muitas são de forma pejorativas, expressando e afirmando a inferioridade da população afro-brasileira e africana, expressando dentro da sala de aula, mas em forma de textos e atividades didáticas (OLIVEIRA, 1985). Nesta vertente Munanga (1998) acredita que alguns livros, as abordagens são equivocadas, depreciativas e em certos momentos negativas sobre a população negra, além de que ocasiona nas crianças negras constrangimento, contribuindo assim a ideia de superioridade de um grupo sobre o outro.

O papel do educador no processo educacional e ao mesmo tempo aprendiz da temática, mediador entre o/a aluno/a e o objeto da aprendizagem, no caso, os conteúdos da História e Cultura Afro-brasileira e Africana, bem como a educação das relações étnico-raciais tem muito a contribuir com a desmistificação dos paradigmas vigente nas imagens vinculadas aos livros didáticos.

Os conteúdos propostos na inclusão da cultura afros na escola deve ser trabalhados pelos professores de modo a realçar a contribuição do negro na formação social e cultural do país, sendo assim, deve abandonar a ideia de conhecimento comum de que são coitadinhos, assim como outras expressões que são utilizadas em materiais didáticos que tendem a ridicularizar ou tratar os negros com desprezo (CASAROTO e SANTOS, 2010).

5 OLHARES SOBRE OLHARES: IMAGENS DA ESCRAVIDÃO NOS LIVROS DE HISTÓRIA: REPRESENTAÇÕES DO SER NEGRO E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES

Trata-se de refletir a partir de métodos pedagógicos que colaborem para mudar essa visão transmitida durante décadas de como os negros eram retratados, seus sofrimentos durante a escravidão, vide figura 02, presentes nos livros didáticos, sem qualquer leitura crítica.

A historiografia tradicional, aqui entendida as obras do século XIX até o último quartel do século XX, Debret soube, como poucos, observar as sutilezas e adaptações do escravismo brasileiro. Essa elasticidade e enquadramento à diversidade regional e social de um país tão grande permitiram que este tipo de trabalho perdurasse por longos três séculos e meio.

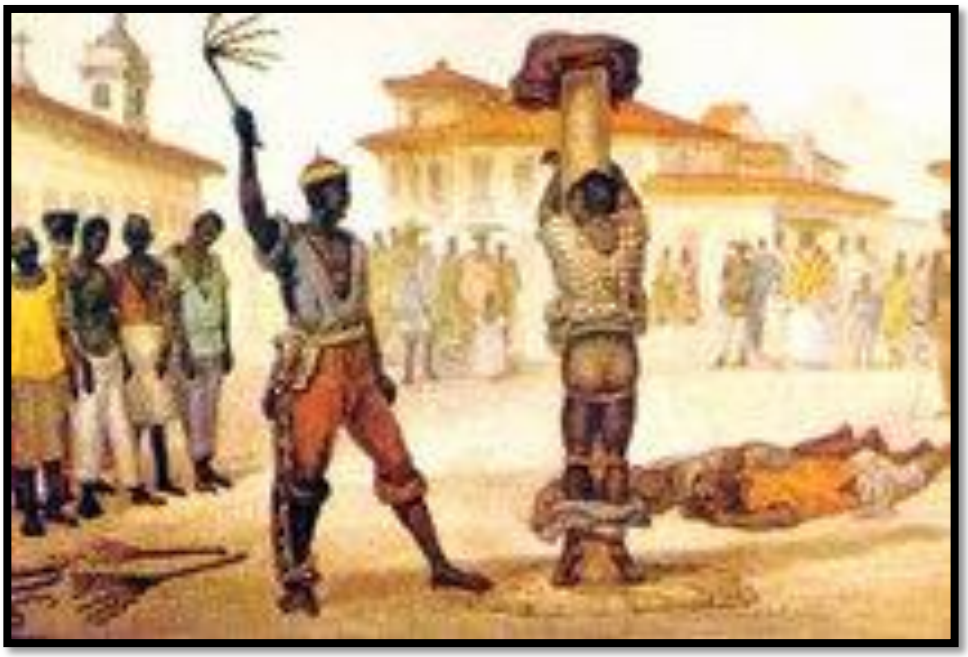

Figura 2: Execução do Castigo de Açoite, em pintura de Jean Baptiste Debret (Séc. XIX)
FONTE: http://www.miniweb.com.br/historia/artigos/i_moderna/imagens_debret/acoite.jpg

Essa imagem retrata uma das torturas que os negros eram submetidos a passar na época da escravidão. Através da fotografia é visível à presença de várias pessoas negras, inclusive o homem que esta punindo é de fato negro isso porque

ele foi encarregado pelo seu senhor a punir o outro escravo. Vemos também que deitados há dois escravos que já foram chicoteados e em pé à esquerda, se nota mais indivíduos à espera da sua hora.

O que levavam os negros a serem açoitados eram situações como roubos, ferimentos durante uma briga ou a tentativa de fugir das fazendas em que residiam. As torturas eram chicotadas, os escravos se mantinham presos em um tronco de madeira, onde prendiam os pés, amarrados, entre outros. E o mais interessante é que os próprios eram responsáveis em fazer os chicotes, já que eles eram artesãos.

A imagem a seguir mostra mais umas das crueldades terríveis que os negros sofriam, eles eram imobilizados para serem punidos, com isso eram despidos e sofriam com as várias chicoteadas, também era violentada, a única coisa que poderiam fazer era gritar pela dor que sentiam. Depois de apanhar eles eram lavados com vinagre e pimenta, isso para que não ocorresse uma inflamação. Vide figura 03 a seguir:

Figura 3: Feitores Corrigindo Negros (Debret)
FONTE: http://www.historiaehistoria.com.br/materia.

Como pode visualizar o feitor, de pele branca, castiga o escravo, no fundo da imagem, observando atentamente, veremos outra cena de violência e intolerância com os negros, na imagem ao fundo pode-se notar que o punidor também é negro,

como dito anteriormente, eles eram obrigados a exercer tais atos, na figura nota-se também as casas, as pequenas residências próximo ao riacho eram as moradias dos escravos, onde recebia o nome de senzalas, e a residência onde se nota um degrau, percebe-se que é uma grande casa, onde provavelmente seja a casa dos Senhores responsável pelas fazendas.

Entretanto, o que os livros didáticos não mostram são que mesmo os negros vivendo sobre violência e opressão eles não se deixavam aborrecer. Silvia Hunold Lara (1988) e Maria Helena Machado (1988) demonstraram que, apesar da violência e da escravidão, o negro não se conservou inativo ou alienado, não se manteve incapacitado para estabelecer ambientes próprios.

João José dos Reis (1988) defendeu que, os negros procuraram vários caminhos que os levassem a liberdade. Essas buscas pela liberdade aparecem inúmeras vezes nos conflitos mais diretos como no dia-a-dia, quer na luta por melhoramentos, quer na compra das cartas de alforria. Apossar-se da liberdade, por meio de tais recursos, expressava-se livrar do cativeiro por vias oferecidas pelo próprio sistema.

Portanto, essas imagens que são transferidas para os alunos são pejorativas e dentro do conceito infantil, os negros sempre serão inferiores, essa ideia de que negros tem que ser pobre, violentado, ladrão entre outras ligações absurdas, tem que ser revertido, e isso deve começar dentro das escolas, através dos livros didáticos.

Os grupos de negros na maioria das vezes, sempre são representados por conflitos sociais, quando na verdade, para a criança que está absorvendo conhecimento, essas representações será refletido para sua identidade.

> “A identidade da criança está, continuamente, em construção, podendo ser afetada por nosso meio social, ou seja, é formada ao longo do tempo e não algo inato, existente na consciência desde o momento do nascimento. Assim ela permanece sempre incompleta, está sempre sendo formada, numa interação entre o eu e a sociedade e modificada num diálogo contínuo com os mundos culturais “exteriores” e as identidades que esses mundos oferecem.”(WATTHIER, 2002,p.36)

Uma forma de representar essa identidade transferida para as crianças é se, ao solicitar que façam desenhos de negros no caderno, essa imagem que eles vão

transmitir será de pessoas mal cuidadas, pois é isso que eles viram durante as aulas, geralmente os “poderosos” são de pele branca e os abandonados, pobres e descuidados são os negros. Infelizmente essa será uma mudança lenta, a ideia de que o negro é tão importante quanto o branco precisa ser mais reforçada desde as séries iniciais, os profissionais da educação têm que por essa situação em prática, para que essa ideologia seja revertida (WATTHIER, 2002).

A introdução do ensino da cultura afro na educação, mesmo que pela aplicação da lei, é um marco, devido esta também ser parte da nossa história. A essa demanda acrescentada na LDB[2]cumpre também a tarefa de fortalecer e promover a reconstrução das relações étnico-raciais no ambiente escolar em todo o país (SILVA *et al.* 2010).

Nesse processo é importante ressaltar todo o movimento voltado à elaboração de material de apoio aos educadores, algo que foi destacado nas Diretrizes Curriculares. Vários foram os livros, cartilhas e documentários, desenvolvidos para servir de base pedagógica no trabalho com as questões étnico-raciais, tanto por ações do governo federal quanto por particulares.

Editoras estiveram voltadas, exclusivamente, para as produções abordando estas temáticas, o que colocou no mercado editorial uma variedade considerável de material voltado a todas as idades. Dessa maneira, as instituições de educação públicas e particulares de ensino contam com uma diversidade de materiais que podem servir como apoio para o trabalho dos educadores.

Vale notar que os contos literários vêm se destacando no que diz respeito à valorização dos afro-brasileiros e africanos, tal como nos livros Menina bonita do laço de fita (Ana Maria Machado) O cabelo de lelê (Valéria Belém) entre outro. Trabalhar a literatura infantil afro-brasileira, no contexto da sala de aula, contribuirá significativamente para romper com esse modelo educacional eurocêntrico e monocultura que privilegia apenas os saberes e a cultura europeia, ou seja, da cultura hegemônica.

> Uma literatura com proposta de representação do negro, que rompa com esses lugares de saber, possa trazer imagens enriquecedoras, pois a beleza das imagens e o negro como protagonista são exemplos favoráveis à construção de uma identidade e uma autoestima. Isto pode desenvolver

[2] Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

> um orgulho, nos negros, de serem quem são, de sua história, de sua cultura. (SILVA,2010, p.35).

Colaborando com o mesmo pensamento:

> Para o pequeno leitor, as histórias infantis, como as fábulas, os contos de fadas, propiciam o desenvolvimento cognitivo por meio do processo de representação e construções simbólicas. No caso da literatura de temática afro-brasileira contribui para reflexões que rompam com uma visão construída sob o fundamento das desigualdades, construindo uma visão sob uma base de valorização da diversidade. (BARREIROS, 2010, p. 5)

Percebe-se, então, que há necessidade de uma preparação dos professores para trabalhar dentro do que sugere a lei, desse modo, torna-se essencial que esses profissionais se capacitam pelos cursos de aprimoramento e especializações voltadas a esta finalidade.

Por mais que a história afro-brasileira seja obrigatória nas escolas, bem como a educação interdisciplinar pode-se salientar que não se vê isso na prática, sendo assim abordado somente no dia da consciência negra, isso ocorre em alguns casos por acomodação dos docentes ou por se sentirem despreparados para abordar essa temática.

Se os danos do racismo são impactantes na construção de identidade de negros e brancos, a transformação desse processo certamente impactará a todos e possibilitará novas relações consigo, com o outro e com o meio. Nos processos formativos, enquanto são pensadas as questões para com os alunos e alunas, professores e professoras se reveem como humanos como sujeitos históricos e importantes atores na transformação histórica brasileira.

> O parecer procura oferecer uma resposta, entre outras, na área da educação, à demanda da população afro-descendente, no sentido de políticas de ações afirmativas, isto é, de políticas de reparações, e de reconhecimento e valorização de sua história, cultura, identidade. Trata, ele, de política curricular, fundada em dimensões históricas, sociais, antropológicas oriundas da realidade brasileira, e busca combater o racismo e as discriminações que atingem particularmente os negros. (BRASIL, 2004, p. 06)

Neste sentido, diversos documentos foram criados tendo em vista atender as demandas da sociedade brasileira por uma educação que privilegie a diversidade etnocultural, como por exemplo, os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's), em

1998, cujo projeto admite primeiramente a existência de diferentes etnias e culturas, assim como as desigualdades injustiças e discriminações, que encontram no ambiente escolar o espaço para a sua reprodução.

A Lei 10.639/2003 e seus desdobramentos legais, promulgados nos anos seguintes, como as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, em 2004, e o Plano Nacional de Implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, representam avanços no currículo escolar brasileiro, atingindo todos os níveis e modalidades de ensino.

O desafio de investigar saberes e práticas escolares e docentes em torno da temática africana e afro-brasileira, no bojo do processo de recepção da Lei 10.639/03, nos demanda, assim, a busca de referenciais teóricos que ajudem a elucidar os problemas e qualificar as análises. Torna-se necessário compreender a natureza e especificidades desses saberes e práticas, como vão sendo constituídos e significados no contexto das reconfigurações curriculares em jogo, envolvendo processos de formação docente e em estreito diálogo com as culturas escolares.

6 METODOLOGIA

Por meio da metodologia nos regulamos em instrumentos eficazes para elaboração e edificação de um trabalho bem desenvolvido. Segundo PRADANOV (2013) afirma que a “metodologia é a aplicação de procedimentos e técnicas que devem ser observados para construção do conhecimento, com o propósito de comprovar sua validade e utilidade nos diversos âmbitos da sociedade”. Com isso o trabalho torna-se mais rico em informação que possa elevar o intelecto do leitor.

A pesquisa aqui exposta foi realizada através de uma análise documental a qual utilizou livros, artigos, revistas, teses, lei, vídeos e páginas da internet relacionadas à educação, mas especificamente, a Cultura do nosso país em que é transmitida pelos Africanos. A lei aqui comentada é a 10.639/03, a qual foi estabelecida nas escolas públicas e privadas, devendo por obrigação atribuir mais uma disciplina para os alunos, com o objetivo de mudar visão distorcida da sociedade.

Para realização de uma pesquisa bibliográfica é necessário buscar os principais trabalhos realizados, capazes de prover dados atuais e relevantes para o crescimento intelectual do leitor. Sendo assim a pesquisa aqui apresentada tratará de buscar autores que consiste em trazer de melhor forma a temática aqui apresentada.

No decorrer do trabalho, foi realizada uma análise de imagens trazidas em livros didáticos, imagens essas que reflete uma ideia de estereótipos que devemos seguir, sendo os negros os abandonados e mal visto pela sociedade e os da pele branca, serem os que mandam e dominam as demais. Essa mentalidade deve ser revertida, as imagens devem ser mais elaboradas com o propósito de mostrar que os negros podem e devem ocupar lugar bem visto pela sociedade.

Essas imagens que estão sendo analisadas foram escolhidas, pois retratam como eram tratados os negros, mas que da forma que está sendo exposta trás na consciência das crianças uma imagem pejorativa dos negros.

7 CONCLUSÃO

Ainda em pleno século XXI é possível perceber a indiferença como são tratados os negros, isso se dá pelo fato de no passado ter sido alvo dos senhores proprietários de grandes fazendas, onde os usava como seus escravos. Com a implantação dessa disciplina em sala de aula, tem-se o objetivo de visualizar com o passar dos anos que esse tratamento seja diferenciado, ou seja, tanto os negros como aos brancos sejam tratados, e vistos pelas sociedades sem distinção, sendo atendido pelos demais de forma igualitária.

Foram muitos os movimentos as quais foram realizados com o intuito de pelo menos amenizar, (já que acabar é praticamente impossível) os preconceitos por eles sofridos, mais a resposta é lenta, isso é notável até mesmo quando foram realizados diversos movimentos sociais com busca do fim do escravagismo e depois de muitos anos obteve sucesso, e isso só se deu por interesse lucrativo.

Contudo, mesmo conseguindo o fim da escravidão, os negros ainda passam por questões de discriminação, e essa realidade não está tão próxima do fim, mas com a inserção dessa disciplina dentro das instituições de ensino esse parecer discriminatório será amenizado.

Com a inclusão dessa disciplina, a valorização da cultura dentro das unidades escolares será observada de maneira diferente, os alunos passarão a compreender e a respeitar seus colegas negros, terão um olhar diferente a esse contexto, já que vão para a escola com opiniões formadas e errôneas.

Talvez ainda vão anos para acrescentar nas mentalidades infantis a cultura negra, e a iniciativa da inclusão dessa disciplina é um grande passo, com isso pode-se dizer que o objetivo dessa pesquisa obteve sucesso, onde foi notável a importância que a inserção da disciplina traz nas escolas e com certeza os docentes irão absorver o que o professor irá transmitir e consequentemente repassando para as demais pessoas dentro e fora da escola, é claro que esse processo não irá acontecer do dia para noite, mais com certeza terá grandes resultados.

Assim, concluímos que a Lei está aí, mas a sua aplicabilidade, na procura de valorização da cultura afrodescendente, cabe a cada envolvido no processo educativo abolindo com estereótipos instituídos à população negra.

Conclui-se também que a partir dessa pesquisa uma veracidade nas análises aqui dispostas, podendo ser utilizada como recurso ao processo de ensino aprendizagem e na construção de conhecimentos para com os leitores.

REFERENCIAS

ALBUQUERQUE, WlamyraR. de; FILHO, Walter Fraga. Uma história do negro no Brasil. Salvador: **Centro de Estudos Afro-Orientais; Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.**

ANDREWS, George Reid. **Negros e brancos em São Paulo (1988-1998).**Tradução: Magda Lopes. Bauru (SP): EDUSC, 1998.

BARREIROS, R. C. **Leitura e formação identitária na literatura infantil afro brasileira.** Anais. II Seminário Nacional em Estudos da Linguagem, Diversidade, Ensino e Linguagem. Cascavel: UNIOESTE, 2010.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CP 1/2004, de 22 de junho de 2004.**

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: MEC, 1989.
BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: história e geografia.** Secretaria de Educação Fundamental. 2. ed. RJ: DP&A, 2000.

BRASIL: Uma história inconveniente. Direção: Time Watch - BBC. Documentário, 46’20”. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=t821sT4AoUY. Acesso em 08 de Abril de 2016.

CASAROTO, Karine**. Algumas Reflexões Sobre o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2008/anais/pdf/712_845.pdf Acesso em: 11 jul. 2015.

CUNHA JR, Henrique. A inclusão da história africana no tempo dos parâmetros curriculares nacionais. In: **Núcleo de Estudos Interdisciplinares sobre o Negro Brasileiro**. São Paulo: USP, 2007.

CUNHA JR, Henrique. **Os negros não se deixaram escravizar:** temas para as aulas de história dos afrodescendentes. Revista Espaço Acadêmico, Nº 69, Fevereiro / 2007a, Mensal, Ano VII.Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/acucar.htm>. Acesso em 07 de abril de 2016.

.

FELIP, Delton A; TERUYA, Teresa K. **Ensino de História cultura afro-brasileira e africana na educação básica: desafios e possibilidades.** Maringá, PR. Arq. Mudi. 2007;11(Supl.2):503-508.

FREIRE. Paulo. **Pedagogia da Esperança**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.

FURTADO, Celso. **Formação econômica no Brasil.** São Paulo: Companhia, 2004.

GOMES, Nilma Lino. **Educação, identidade negra e formação de professores/as: um olhar sobre o corpo negro e o cabelo crespo**. In: Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 29,n.1,jan./jun.2003-a.Disponívelem http://www.scielo.br - Acesso em 29.Jan,2016

LARA, Silvia Hunold. **Campos da violência: Escravos e senhores na capitania do Rio de Janeiro (1750-1808).** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MACHADO, Maria Helena. P.T. **"Em torno da autonomia escrava: uma nova direção para a História Social da Escravidão".** In: Revista Brasileira de História.V. 8, nº 16. São Paulo, 1988.

MUNANGA, Kabengele e GOMES, Nilma Lino. **Para entender o negro no Brasil de hoje: história, realidades, problemas e caminhos.** São Paulo: Ação educativa, 2004.

MUNANGA, Kabengele. **Negritude: usos e sentidos**. São Paulo. Ática, 1986.

NEVES, Paulo Sérgio da C. Luta anti-racista: entre reconhecimento e redistribuição. **Revista Brasileira de Ciências Sociais.** São Paulo, v. 20, n. 59,2006. Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010269092005000300006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 31 out 2016.

NUNES PEREIRA, L. N. **O ensino e a pesquisa sobre a África no Brasil e a Lei 10.639**. Lechini, Gladys Centro de Estúdios Avançados, Programa de Estúdios Africanos. Córdoba; CLACSO, Consejo Latino americano de Cienciassociales, Buenos Aires, 2008, p. 253-273.

OLIVEIRA, J.B. A: GUIMARAES, S. D. P; BOMÉNY, H.M.B. **A política do livro didático**. São Paulo, 1985.

PAULA, Benjamin Xavier de. O ensino de história e cultura da África e afro-brasileira: da experiência e reflexão. In: GUIMARÃES Selva (Org.). **Ensinar e Aprender História formação**: saberes e práticas educativas. 1ªed.Campinas/SP: Átomo & Alínea, 2009, v. 1.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do Trabalho Científico: Métodos e Técnicas da Pesquisa e do Trabalho Acadêmico** - 2. ed. – Novo Hamburgo: Feevale, 2013. Disponível em <http://www.faatensino.com.br/wpcontent/uploads/2014/11/2.1-E-book-Metodologia-do-Trabalho-Cientifico-2.pdf> Acesso 21 out. 2016

RAFAELA, Agnes. **Lei dos Sexagenários – História dos escravos no Brasil**.2013.

Reis, João José e Silva, Eduardo. Negociação e conflito: a resistência negra no Brasil escravista. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

ROLAND, Edna. **Racismo no mundo: a caixa de Pandora.***Teoria e Debate*, São Paulo,n. 49, out./nov./dez. 2006. Disponível em: http://csbh.fpabramo.org.br/o-que-fazemos/editora/teoriae-debate/edicoes-anteriores/sociedade-racismo-no-mundo-caixa-de-pandora..Acesso em: 28 agt 2016.

SANTOS, Sales Augusto dos. A Lei no 10.639/03 como fruto da luta anti-racista do Movimento Negro. In: **Educação anti-racista : caminhos abertos pela LeiFederal nº 10.639/03**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2005.

SILVA Jr., Hédio. **Discriminação racial nas escolas: entre a lei e as práticas sociais.** Brasília: UNESCO, 2002. 96p.

SILVA, M. R.**A literatura infanto-juvenil de matriz afro-brasileira.** Cadernos Imbondeiro. João Pessoa, v.1, n.1, 2010.

SOUSA, Rainer Gonçalves. "Açúcar"; Brasil Escola.
SOUSA, Rainer Gonçalves. "Escravidão no Brasil"; *Brasil Escola*. Disponível em <http://brasilescola.uol.com.br/historiab/escravidao-no-brasil.htm>. Acesso em 17 de abril de 2016.

SOUZA, E. G. R. S.; FERRAZ, M. R.; CHAVES, W. M. **História e Cultura Afro-brasileira (lei nº 10.639/2003)**: Um desafio para a educação física escolar. In: RIBEIRO, Tomas Leite (Org.). Niterói, RJ, 2006.

SOUZA, Fernanda Dias de; SOUZA, Mariana Ribeiro de; LOYOLA, Rosângela da Conceição**. Lei Federal nº 10.639/03: rumos e desafio**. In: Revista Sapientia, n. 6, p. 60- 69, 2007.

TRAPP, Rafael Petry, SILVA, Mozart Linhares de. **Movimento negro no Brasil Contemporâneo: Estratégias identitárias e ação política.** Revista Jovem Pesquisador. Santa Cruz do Sul, Vol. 1. 2010

WATTHIER, Luciane. **A discriminação racial presente em livros didáticos e sua influência na formação da identidade dos alunos.** Editora. Saraiva, Ano 2002.

ANEXOS

ANEXO 1 – LEI Nº 10.639 DE 9 DE JANEIRO DE 2003

LEI Nº 10.639, DE 9 DE JANEIRO DE 2003.

Mensagem de veto

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras.

§ 3º (VETADO)"

"Art. 79-A. (VETADO)"

"Art. 79-B. O calendário escolar incluirá o dia 20 de novembro como 'Dia Nacional da Consciência Negra'."

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 9 de janeiro de 2003; 182º da Independência e 115º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Cristovam Ricardo Cavalcanti Buarque

ANEXO 2 – LEI Nº 11.645, DE 10 DE MARÇO DE 2008

LEI Nº 11.645, DE 10 MARÇO DE 2008.

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena".

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O art. 26-A da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere este artigo incluirá diversos aspectos da história e da cultura que caracterizam a formação da população brasileira, a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e dos povos indígenas no Brasil, a cultura negra e indígena brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Brasília, 10 de março de 2008; 187º da Independência e 120º da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA
Fernando Haddad